



O Processo de Transição das Crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

Gabriela Pires Bortoleto - Graduanda em Pedagogia na FE-UNICAMP

Maria Aparecida Guedes Monção - Docente e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais na Educação do Centro de Estudos Educação e Sociedade (DECISE) da FE-UNICAMP

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo principal realizar o mapeamento bibliográfico acerca da transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Para tanto, realizamos a investigação das produções acadêmicas aprovadas e publicadas em catálogos e plataformas de eventos científicos entre os anos de 2006 e 2019. Além do levantamento bibliográfico, apresentamos uma breve discussão sobre a temática com o propósito de identificar como se efetiva o processo de transição das crianças no Brasil e como este é orientado pelo Ministério da Educação (MEC). A pesquisa busca conhecer as produções sobre esse tema e suas contribuições para a Educação.

Palavras-chave: *Transição, Educação Infantil, Ensino Fundamental.*

INTRODUÇÃO

No ano de 2006 foi aprovada a Lei 11.274/06 que além de estabelecer a obrigatoriedade da matrícula de crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, determinou também que os sistemas ampliassem para nove anos a sua duração, definindo-se o ano de 2010 como prazo limite para a implementação em todo o território brasileiro. Tal lei evidenciou uma mudança na educação das crianças pequenas, principalmente no que diz respeito à transição entre as duas modalidades de ensino, uma vez que as crianças pequenas passaram a ingressar no primeiro ano do Ensino Fundamental mais cedo.

O principal argumento do MEC a favor da implementação do Ensino Fundamental de nove anos foi amparado no discurso de que esta política permitiria a universalização do direito à educação para todas as crianças de 6 anos de idade, sem a exclusão das menos favorecidas economicamente (BRASIL, 2007). Contudo, essa argumentação foi contestada por diversos autores que entendiam que a medida não era condizente com a legislação, pois segundo a Constituição Federal de 1988, art. 208, é dever do Estado e direito das crianças e das famílias a matrícula na Educação Infantil. Deste modo, nos termos presentes na lei, o direito das crianças à educação formal está garantido desde o seu nascimento (ARELARO, JACOMINI, KLEIN, 2011).

Em busca de expandir a discussão apresentada até o momento, fez-se necessário ampliar o olhar sobre a temática. Dessa forma, serão apresentadas a seguir as abordagens metodológicas desta pesquisa e os resultados encontrados ao longo da investigação.

METODOLOGIA

Para o mapeamento bibliográfico, optamos por apresentar os trabalhos publicados e aprovados em eventos e catálogos de teses de abrangência nacional, sendo esses: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). A localização dos trabalhos foi realizada a partir do recorte temporal de 2006 a 2019, devido a implementação da Lei 11.274/06 que alterou para 9 anos a duração do Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade.

RESULTADOS

No primeiro momento, localizamos as produções aprovadas na ANPED mediante análise de títulos e resumos que apresentaram a temática da transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental em sua composição. Para o mapeamento foram consideradas as Reuniões Anuais 29ª (2006), 30ª (2007), 31ª (2008), 32ª (2009), 33ª (2010), 34ª (2011), 35ª (2012), 36ª (2013), 37ª (2015), 38ª (2017) e 39ª (2019) do Grupo de Trabalho: Educação de Crianças de 0 a 6 anos (GT-7).

Nesta investigação, selecionamos 3 trabalhos sobre o tema, distribuídos nos seguintes anos: 2009, 2012 e 2015. No conjunto das análises, identificamos que 2 artigos utilizaram a metodologia etnográfica e a observação registrada em diário de campo como o principal instrumento para coleta de dados. Nestas duas pesquisas, as autoras buscaram compreender o processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental a partir das perspectivas das crianças. Dessa maneira, os estudos consideraram as crianças como os principais sujeitos investigativos e levaram em consideração suas vozes e experiências no processo de transição escolar, acompanhando-as desde a pré-escola até o primeiro ano do Ensino Fundamental.

Já o terceiro trabalho buscou compreender como a Proposta Curricular da Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora contempla a transição da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental na região. A autora utilizou a metodologia qualitativa em pesquisa, mediante análise bibliográfica e documental. Os resultados demonstraram que a dicotomização identificada na Educação Básica não favorece a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Ao realizar o levantamento de teses e dissertações no catálogo da CAPES, identificamos com o descritor “Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental” 25 trabalhos, dos quais selecionamos 18; já ao procurar com o descritor “Passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental” identificamos 10 pesquisas, das quais selecionamos 4. No total foram analisados os resumos de 22 trabalhos, 16 desses correspondentes a dissertações de Mestrado (73%) e 6 correspondentes a teses de Doutorado (27%). Em relação à distribuição temporal, identificamos 1 trabalho em 2006, 2 em 2008, 1 em 2019, 2 em 2010, 2011, 2013 e 2014, 3 em 2015, 4 em 2016 e 1 em 2017, não identificamos nenhum trabalho nos anos de 2018 e 2019.

As análises dos vinte e dois resumos demonstraram que a transição é abordada de diferentes formas pelos autores. Doze estudos evidenciaram que a transição para o Ensino Fundamental é marcada pela ruptura e falta de articulação com a Educação Infantil. Quatro trabalhos identificaram, na Educação Infantil, práticas voltadas ao preparo das crianças para o ingresso no Ensino Fundamental. Duas pesquisas demonstraram as interpretações que as crianças têm de si durante a transição entre as etapas educacionais. Um estudo retratou que apesar de todo o investimento em um modelo disciplinar no primeiro ano do Ensino Fundamental, as crianças escapam e criam linhas de fuga constantemente. Uma pesquisa identificou nas orientações e diretrizes curriculares da Educação Infantil que um novo papel social é denominado as crianças: o de alunos. Uma pesquisa apontou que é possível haver uma transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental dispondo de práticas inclusivas, que contemplem os interesses e necessidades das crianças. E o último estudo desenvolveu uma pesquisa com professoras e coordenadoras pedagógicas acerca do trabalho desenvolvido com a matemática durante a transição das etapas educacionais.

Em relação a coleta de dados diversos instrumentos foram utilizados, ressaltando que alguns estudos empregaram mais do que um em seu corpus. Dessa maneira, ao analisá-los, notamos que a entrevista e a observação apareceram em quinze pesquisas, tornando-se os instrumentos mais usados. O diário de campo foi identificado em nove estudos, a fotografia foi utilizada em quatro, as atividades diversas apareceram como instrumento de três estudos, assim como a conversa, o desenho e o questionário, enquanto a videogravação foi utilizada em duas pesquisas. Por fim, o último instrumento localizado foi o grupo focal, que apareceu apenas em um trabalho.

Já em relação aos sujeitos da pesquisa, dezenove estudos consideraram crianças. Oito, professores. Seis, famílias e dois, coordenadores, levando em consideração que alguns estudos consideraram mais de um sujeito investigativo na pesquisa.

Ao analisar o banco de dados da plataforma SciELO, encontramos com o descritor: “Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental”, 8 artigos, nos quais selecionamos 5. Já com o descritor: “Passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental”, identificamos 3 artigos e selecionamos 1 deles. No total foram selecionadas 6 pesquisas, distribuídas da seguinte forma: 2 em 2011, 2 em 2014 e 2 em 2015.

Durante a investigação, identificamos que dois estudos desenvolveram um trabalho de campo durante a transição da Educação Infantil para Ensino Fundamental para compreender as interpretações que as crianças têm de si durante o processo. As demais pesquisas demonstraram de maneira central esta transição, também desenvolvendo um trabalho de campo focado na observação da temática.

Em relação aos instrumentos para coleta de dados das pesquisas da SciELO, identificamos que a conversa apareceu apenas em uma pesquisa, assim como a análise documental e o desenho. A fotografia e a videogravação apareceram em dois estudos, o diário de campo e as atividades diversas apareceram em três, as entrevistas apareceram em cinco e as observações foram identificadas em seis trabalhos. Por fim, ao analisar os sujeitos investigativos, constatamos que seis pesquisas consideraram as crianças. Três, as famílias; e três as professoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho nos possibilitou identificar como o conceito de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é orientado pelos estudos acadêmicos publicados e aprovados nas plataformas ANPED, CAPES e SciELO. Ao longo da investigação, quantificamos, categorizamos e organizamos os trabalhos, a fim de compreender como retratam a temática.

Nesta direção, pudemos identificar que a discussão sobre o tema é orientada de diferentes formas pelos autores. Constatamos durante a investigação estudos que demonstraram que a entrada das crianças pequenas no Ensino Fundamental é marcada pela ruptura e falta de articulação com a Educação Infantil. Também notamos pesquisas que demonstraram que desde a Educação Infantil existem práticas voltadas à alfabetização em detrimento às brincadeiras, como parte de um preparo para a próxima etapa. Ademais, identificamos outros enfoques, como por exemplo, estudos que buscaram conhecer a interpretação que a criança tem de si durante a transição; pesquisas que buscaram compreender a transição a partir da interlocução com professores, familiares e coordenadores

e pesquisas voltadas à análise dos documentos curriculares para identificar como retratam a transição da Educação Infantil para o primeiro ano.

Durante a investigação, identificamos ainda o aumento significativo das pesquisas relacionadas à temática após a implementação obrigatória da Lei 11.274/06 em 2010. Apesar disto, faz-se necessário salientar o declínio dos estudos acadêmicos ao longo dos anos. Notamos que, em todas as plataformas investigadas, houve uma tendência de diminuição dos trabalhos, principalmente após o ano de 2016. Esta constatação ressalta a necessidade de ampliar os estudos sobre o assunto, uma vez que os problemas identificados nos textos ainda atingem a educação das crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Outro aspecto identificado foi a relação de protagonismo que as crianças ocuparam na participação das pesquisas. Constatamos que a maioria dos pesquisadores buscou romper com a prática adultocêntrica, isto é, a perspectiva analítica que busca conhecer a criança a partir do entendimento do adulto e de suas expectativas face às crianças (SARMENTO, 2008). Dessa maneira, houve uma predominância de estudos que levaram em consideração as vozes das crianças para compreender o processo de transição.

Ademais, observamos brevemente como a temática é orientada nos documentos oficiais do Brasil e pelo MEC, e como este justifica a implementação da Lei 11.274/06 nas escolas do país.

A partir das considerações, concluímos que a pesquisa atingiu os objetivos aos quais se propôs, ao mapear a literatura existente nas plataformas de pesquisas, no período de 2006 a 2019. Pode-se ainda afirmar que o tema é relevante para a área, especialmente por buscar analisar a interlocução entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, instituições que historicamente constituíram-se sob bases distintas. A análise sobre o processo de transição desses dois segmentos da educação evidencia um campo complexo que necessita ser analisado sob a ótica dos aspectos políticos, culturais, sociais e históricos que o circundam.

REFERÊNCIAS

- ARELARO, L. R. G.; JACOMINI, M. A.; KLEIN, S. B. **O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.37, n.1, pp. 35-51, jan./abr, 2011.
- BRASIL. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2a Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 21 de fev. 2020
- BRASIL. Lei nº 11.274, 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2006.
- SARMENTO, M. J. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: _____; GOUVÊA, M. C (org.) Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2008. p.17-39